

João Pedro de Oliveira de Biazi

**A IMPOSSIBILIDADE
SUPERVENIENTE DA PRESTAÇÃO
NÃO IMPUTÁVEL AO DEVEDOR**

Apresentação de Maurício Bunazar

G|Z
EDITORA

**Rio de Janeiro
2022**

1ª edição – 2022

© Copyright: *João Pedro de Oliveira de Biaz*

Presidente do Conselho Editorial: *Nelson Nery Costa*

Diagramação: *Olga Martins*

CIP – Brasil. Catalogação-na-fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

B476i

Biaz, João Pedro de Oliveira de

A impossibilidade superveniente da prestação não imputável ao devedor / João Pedro de Oliveira de Biaz ; apresentação Maurício Bunazar. - 1. ed. - Rio de Janeiro: GZ, 2021.

166 p.; 23 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 978-65-5813-039-0

1. Direito civil - Brasil. 2. Contratos - Brasil. 3. Obrigações (Direito). 4. Devedores e credores - Brasil. I. Bunazar, Maurício. II. Título.

21-73824

CDU: 347(81)

Camila Donis Hartmann - Bibliotecária - CRB-7/6472

O titular cuja obra seja fraudulentamente reproduzida, divulgada ou de qualquer forma utilizada poderá requerer a apreensão dos exemplares reproduzidos ou a suspensão da divulgação, sem prejuízo da indenização cabível (art. 102 da Lei nº 9.610, de 19.02.1998).

Quem vender, expuser à venda, ocultar, adquirir, distribuir, tiver em depósito ou utilizar obra ou fonograma reproduzidos com fraude, com a finalidade de vender, obter ganho, vantagem, proveito, lucro direto ou indireto, para si ou para outrem, será solidariamente responsável com o contrafator; nos termos dos artigos precedentes, respondendo como contrafatores o importador e o distribuidor em caso de reprodução no exterior (art. 104 da Lei nº 9.610/98).

As reclamações devem ser feitas até noventa dias a partir da compra e venda com nota fiscal (interpretação do art. 26 da Lei nº 8.078, de 11.09.1990).

Reservados os direitos de propriedade desta edição pela
GZ EDITORA

contato@editoragz.com.br

www.editoragz.com.br

Estrada do Capuava, nº 1325 - Box Q - CEP 06715-410

Bairro Barro Branco - Município de Cotia - SP

Tels.: (0XX21) 99585-0737 / 99755-0737

Impresso no Brasil

Printed in Brazil

SUMÁRIO

<i>AGRADECIMENTOS</i>	VII
<i>APRESENTAÇÃO</i>	IX
<i>SOBRE O AUTOR</i>	XI

INTRODUÇÃO	1
------------------	---

CAPÍTULO I

A IMPOSSIBILIDADE SUPERVENIENTE DA PRESTAÇÃO NÃO IMPUTÁVEL AO DEVEDOR COMO PROBLEMA INERENTE DA RELAÇÃO OBRIGACIONAL COMPLEXA

1. A obrigação como um processo destinado ao adimplemento..	3
2. O contrato, o risco e a impossibilidade.....	5
3. Reação da dogmática jurídica e a necessidade de respostas.....	7

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DA HIPÓTESE DE EXTINÇÃO DA RELAÇÃO JURÍDICA OBRIGACIONAL POR IMPOSSIBILIDADE SUPERVENIENTE NÃO IMPUTÁVEL AO DEVEDOR

4. Estudo das fontes que influenciaram a sistemática brasileira .	9
4.1. Experiência romana	10
4.2. Período intermédio.....	17
4.3. Estruturação moderna nos esforços de codificação.....	22
4.3.1. O uso da categoria jurídica do caso fortuito e da força maior para o manejo não sistemático da impossibilidade superveniente não imputável ao devedor	22
4.3.2. O desenvolvimento do sistema de impossibilidades e da estruturação dogmática da impossibilidade superveniente não imputável ao devedor	25
4.4. Sistemática adotada nas tentativas de harmonização do direito dos contratos.....	33
5. Estudo das fontes brasileiras	38
5.1. As Ordenações Filipinas e o Código Comercial de 1850 .	39

5.2. O Esboço de Teixeira de Freitas	45
5.3. O Código Civil de 1916.....	54
5.4. O Código de Defesa do Consumidor	58
5.5. O Código Civil de 2002.....	60

CAPITULO III

DOGMÁTICA BRASILEIRA: PRESSUPOSTOS DE APLICAÇÃO DA IMPOSSIBILIDADE SUPERVENIENTE NÃO IMPUTÁVEL AO DEVEDOR

6. Precisoões acerca do espaço ocupado pela categoria jurídica na dogmática brasileira e mapeamento dos pressupostos de aplicação.....	65
6.1. A impossibilidade superveniente da prestação	68
6.1.1. Impossibilidade objetiva, absoluta, permanente e total	69
6.1.2. O espaço da impossibilidade subjetiva ou pessoal	72
6.1.3. Inexistência de impossibilidade relativa ou prática no direito brasileiro.....	77
6.1.4. Impossibilidade temporária.....	84
6.1.1. Impossibilidade parcial.....	87
6.2. A inimputabilidade do devedor	89
6.3. Os pressupostos específicos da hipótese de caso fortuito ou de força maior.....	92
7. Ônus de provar os pressupostos de aplicação.....	96
8. Figuras congêneres	100
8.1.A frustração do fim do contrato	100
8.2. A resolução por excessiva onerosidade superveniente...	102
8.3. Exigibilidade antecipada da dívida.....	105

CAPITULO IV

DOGMÁTICA BRASILEIRA: OS EFEITOS DA IMPOSSIBILIDADE SUPERVENIENTE NÃO IMPUTÁVEL AO DEVEDOR

9. Efeitos típicos da impossibilidade superveniente não imputável ao devedor.....	107
9.1. Efeitos típicos impostos pela impossibilidade da prestação.....	108

9.2. Efeitos típicos impostos pela não imputabilidade do devedor.....	109
9.3. Efeitos típicos em contratos sinalagmáticos	113
10. Modulação dos efeitos típicos.....	116
10.1. Modificação pela vontade das partes.....	117
10.2. Modificação por imposição legal de responsabilidade pelo risco: o fortuito externo e o fortuito interno	121
CONCLUSÃO	129
BIBLIOGRAFIA REFERENCIADA	135